OBS: As questões e respostas não obedecem nenhuma ordem particular.

# Questão

Oh, lágrima cristalina /tão salgada e pequenina, /Quanta dor tu não redimes! /Mesmo feita de amargura,/és tão sublime, tão pura,/que só virtudes exprimes." (Helena Kolody)

Assinale o item em que a classe da palavra foi indicada incorretamente:

Opção 1) Quanta: pronome indefinido.

Opção 2) Que: conjunção subordinativa.

Opção 3) Tão: advérbio de intensidade.

**Opção 4)** Amargura: adjetivo. Opção 5) Virtudes: substantivo.

# Questão

Substituindo o verbo haver por existir no fragmento "há palavras que ninguém mais emprega", obtém-se a seguinte concordância:

Opção 1) existiu palavras que ninguém mais empregou.

Opção 2) existirá palavras que ninguém mais empregará.

Opção 3) existia palavras que ninguém mais empregava.

Opção 4) existem palavras que ninguém mais emprega.

Opção 5) existe palavras que ninguém mais emprega.

## Questão

Dos trechos de Cecília Meireles apresentados abaixo, indique o que apresenta um período composto por coordenação e subordinação:

- Opção 1) "Aprendi com a primavera a me deixar cortar e a voltar sempre inteira."
- Opção 2) "Inutilmente, o relógio marca o dia e a noite, pois a vida é sem fim."
- Opção 3) "Os homens gostariam de ter asas, mas prendem os pássaros, que as têm."
- Opção 4) "Pensando bem, pergunto-me se a criatura humana, hoje em dia, vale uma árvore."
- Opção 5) "Não pensamos na morte, como, de certo modo, não pensamos na vida."

# Questão

No fragmento "... seja lá quem for – um cidadão, uma empresa, um sindicato – afinal, todos têm direito de se manifestar livremente nos eventos democráticos –, mas isso não tem sempre acontecido.", os travessões foram empregados para:

- Opção 1) Enfatizar o final do enunciado.
- Opção 2) Desdizer o que foi dito anteriormente.
- Opção 3) Concluir uma ideia.
- Opção 4) Isolar uma informação acessória.
- Opção 5) Marcar a mudança de interlocutor.

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno - Área II –

FUNCEFET Página 1 de 20

Assinale o item em que todas as palavras só podem ser precedidas do artigo "o":

Opção 1) acne, ioga, ferrugem, nuance.

Opção 2) personagem, sabiá, avestruz, eclipse.

Opção 3) alvará, apêndice, formicida, echarpe.

Opção 4) laringe, omelete, síndrome, trama.

Opção 5) herpes, apêndice, matiz, telefonema.

### Questão

A luta entre a sabedoria que leva à reconciliação e o desejo de retaliar é mais antiga que a civilização e continua sendo travada nos dias atuais. A lição da História é que foi, através do perdão, que a humanidade conseguiu interromper as espirais de violência provocadas pela vingança. (Thomaz Fávaro. Disponível em http://veja.abril.com.br/030908/p\_086.shtml)

Assinale o item correto quanto ao emprego do adjetivo "antiga" no trecho acima:

Opção 1) Superlativo relativo.

**Opção 2)** Comparativo de superioridade.

Opção 3) Comparativo de inferioridade.

Opção 4) Comparativo de igualdade.

Opção 5) Superlativo absoluto.

# Questão

"Para qualquer lado que se olhe, há avisos claríssimos de que o novo ano será igual ao velho – já nem se disfarça o pouco-caso com que os donos do País consideram o brasileiro comum." (J.R. Guzzo. *Revista Veja.* Ed. 2354. 01 01 2014) adaptado

Assinale o item em que todas as palavras citadas na alternativa pertencem à classe dos adjetivos, segundo seu emprego no fragmento acima:

Opção 1) igual/ velho/ brasileiro.

Opção 2) claríssimos/ novo/ comum

Opção 3) velho/ donos/ novo.

Opção 4) brasileiro / velho/ claríssimo.

Opção 5) ano / velho / donos.

### Questão

Uma empresa adquiriu, de um banco, financiamento para compra de um prédio. O valor de tal empréstimo foi de um milhão e seiscentos mil reais, a taxa de juros compostos de 15% a.a., e o pagamento será concluído em 5 anos, através de parcelas anuais, as quais vencem ao final de cada ano. O empréstimo é pelo sistema SAC. Sabendo-se que na última hora o diretor da empresa resolveu financiar somente 80% do valor inicialmente previsto para empréstimo, ficando as taxas de juros conservadas, qual valor dos juros totais pagos ao banco?

Opção 1) R\$ 691.200,00

Opção 2) R\$ 614.000,00

Opção 3) R\$ 576.000,00

Opção 4) R\$ 460.800,00

Opção 5) R\$ 384.000,00

FUNCEFET Página 2 de 20

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno - Área II –

Considere as seguintes proposições, complete as lacunas de acordo com cada uma delas e marque a opção correspondente: I - Um capital de aplicado sob o regime de juros simples durante 7 meses, resultou um montante no valor de . A taxa de efetiva mensal é de \_\_\_\_\_\_\_. II - Um capital aplicado sob o regime de juros compostos durante 2 meses, resultou appropriante no valor de . A taxa de efetiva mensal é de \_\_\_\_\_\_. III - O valor de um título nominal de 18516.00.00 faito stortado dois meses antes de seu vencimento a uma taxa de desconto comercial composto de . A taxa efetiva mensal da operação é \_\_\_\_\_. IV - Um capital de aplicado sob o regime de juros compostos durante 2 meses, resultou um montante no valor de . A taxa efetiva mensal usada foi de \_\_\_\_\_.

```
Opção 1) I) 3%a.m; II) 10%a.m; III) 33,33%a.m; IV) 4%a.m.
Opção 2) I) 3%a.m; II) 12%a.m; III) 33,33%a.m; IV) 5%a.m.
Opção 3) I) 4%a.m; II) 12%a.m; III) 30%a.m; IV) 3%a.m.
Opção 4) I) 6%a.m; II) 5%a.m; III) 20%a.m; IV) 5%a.m.
Opção 5) I) 4%a.m; II) 10%a.m; III) 30%a.m; IV) 4%a.m.
```

### Questão

O preço à vista de uma televisão é de R\$ 900,00 e o comprador prefere pagar 25% de entrada no ato da compra e o restante em uma única parcela vencível em 120 dias. Admitindo-se o regime de juros simples comerciais, qual é o valor dos juros pago pelo comprador, sabendo-se que a taxa de juros adotada é 96% ao ano.

```
Opção 1) R$ 288,00
Opção 2) R$ 189,00
Opção 3) R$ 162,00
Opção 4) R$ 216,00
Opção 5) R$ 192,00
```

### Questão

Sabendo-se que 80 técnicos montam 48 motores de avião em 240 dias, trabalhando 9 horas e 30 minutos por dia, determine em quantos dias serão produzidos 141 motores se o regime de trabalho for aumentado em 02 horas e 15 minutos e o número de técnicos aumentar para 114.

```
Opção 1) 414 dias.
Opção 2) 200 dias.
Opção 3) 400 dias.
Opção 4) 458 dias.
Opção 5) 283 dias.
```

# Questão

De um reservatório cheio de água retira-se  $\frac{1}{3}$  do conteúdo. Posteriormente retira-se mais 50 litros de água e o conteúdo do recipiente passa a ocupar a metade do volume inicial. Calcular 17% do volume do recipiente, em litros.

```
Opção 1) 68
Opção 2) 85
Opção 3) 51
Opção 4) 17
Opção 5) 34
```

FUNCEFET Página 3 de 20

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno - Área II –

Constitui crime contra as finanças públicas, exceto:

Opção 1) Prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei.

Opção 2) Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa.

Opção 3) Ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.

Opção 4) Deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei.

**Ορção 5)** Ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente liquidada.

# Questão

Sobre as leis orçamentárias, assinale a alternativa correta:

Opção 1) Quando da elaboração do PPA, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores deverão planejar a aplicação de recursos públicos de modo a atenuar a enorme desigualdade entre as sub-regiões existentes no Município.

Opção 2) A LOA deverá prever o orçamento de investimentos das empresas estatais dependentes e independentes.

Opção 3) O PPA tem como funções, dentre outras, prever as possíveis alterações da legislação tributária e fixar a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Opção 4) A LDO deve fixar as diretrizes (como o próprio nome diz), os objetivos e as metas do Governo para as despesas de capital e para as despesas correntes derivadas das despesas de capital.

Opção 5) Todo investimento cuja execução ultrapasse mais de um ano deverá estar previsto no PPA, sob pena de crime de responsabilidade, não sendo possível a inclusão de novos investimentos.

# Questão

Analise os itens a seguir sobre serviços públicos e assinale a alternativa incorreta:

Opção 1) Denomina-se caducidade a extinção da concessão por culpa da concessionária.

**Opção 2)** Denomina-se *rescisão* a extinção da concessão de serviços públicos sem culpa da concessionária, ou seja, por critérios de oportunidade e conveniência da Administração Pública.

Opção 3) A execução dos serviços públicos pode se dar de forma indireta mediante *delegação negocial* – ou simplesmente *delegação* –, que consiste na transferência da responsabilidade pela prestação do serviço por força de ato ou contrato administrativo.

Opção 4) Pode-se afirmar que a natureza *intuito personae* das concessões de serviços públicos é mitigada pela legislação, sendo possível a realização de subconcessões (subcontratações).

Opção 5) A execução de serviços públicos pode se dar de forma indireta mediante outorga – que alguns doutrinadores chamam de *delegação legal* –, na qual a lei cria ou autoriza a criação de uma entidade que titularizará a prestação do serviço.

FUNCEFET Página 4 de 20

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno - Área II –

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

Opção 1) Os incentivos à demissão voluntária não entram no cômputo das despesas com pessoal para o fim de cálculo dos limites de gasto nesta rubrica.

Opção 2) Considera-se renúncia fiscal condicionada aos requisitos da lei o cancelamento de débito, ainda que de valor inferior aos respectivos custos de cobrança.

Opção 3) A ação governamental que, por lei, cria despesa pode ser executada a qualquer tempo, mesmo antes da adoção das medidas de compensação.

Opção 4) A criação de ação governamental que acarrete despesa pública será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos três subsequentes.

Opção 5) O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma a atender apenas a lei de diretrizes orçamentárias.

# Questão

Secretário municipal foi condenado em ação de improbidade administrativa por dano ao erário, resultando em perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por cinco anos, ressarcimento integral do dano e multa no valor do dano. Analise a situação descrita à luz da Lei de Improbidade Administrativa e assinale a alternativa correta:

Opção 1) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam após a confirmação da sentença condenatória pelo Tribunal de Justiça.

Opção 2) O Secretário poderá tentar acordo judicial desde que ressarça integralmente o erário pelo dano causado.

Opção 3) As ações destinadas a levar a efeito as sanções descritas prescrevem em cinco anos após o termino do exercício da função pública.

Opção 4) A proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais, na situação descrita, poderá ser fixada em dez anos.

Opção 5) A mera existência de investigação do ato somado a indícios de responsabilidade do agente autorizam a decretação do sequestro dos bens.

# Questão

Segundo Robbins (2005), são vieses comuns ao processo decisório, exceto:

Opção 1) Confirmação.

Opção 2) Emoção.

Opção 3) Ancoragem.

Opção 4) Excesso de confiança.

Opção 5) Disponibilidade.

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno - Área I

FUNCEFET Página 5 de 20

Analise as opções a seguir sobre gestão do desempenho humano no trabalho e assinale o item correto: I - Gestão do desempenho refere-se, em termos gerais, ao desenvolvimento de ações de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e revisão, com foco em indivíduos ou em equipes de trabalho. II - Desempenho, segundo alguns autores, relaciona-se à qualidade e quantidade de trabalho realizado, bem como ao custo e ao tempo despendidos na sua execução. Logo, abrange fatores de eficiência (resultado) e eficácia (meios ou processos). III - Desempenho é igual a competências quando o resultado exterioriza o comportamento definido como desejado para ele. IV - Na gestão do desempenho, a etapa de avaliação deve ser reforçada, visto ser a mais importante do processo. V - Um desempenho considerado incompetente refere-se ao comportamento que o indivíduo manifesta e que está aquém daquilo que ele espera.

```
Opção 1) C, C, C, C, C
Opção 2) E, C, E, E, E
Opção 3) E, E, C, E, C
Opção 4) C, E, C, E, E
Opção 5) C, C, C, C, E
```

# Questão

São técnicas para captura de informações para realizar o trabalho de mapeamento de processos, **exceto**:

Opção 1) Videoconferência.

Opção 2) Benchmarking.

Opção 3) Feedback por escrito.

Opção 4) Workshops estruturados.

Opção 5) Observação direta.

### Questão

Sobre gerenciamento de projetos, assinale a opção correta:

- Opção 1) A reunião de *kick off* é um evento que marca o encerramento do projeto.
- Opção 2) A disponibilidade orçamentária e financeira da organização pública e o cronograma do projeto não estão relacionados.
- Opção 3) As falhas de comunicação não são uma preocupação dos gestores de projeto, visto que as boas práticas de projetos minimizam totalmente essas falhas.
- Opção 4) Pequenas mudanças no escopo do projeto cabem ao gestor do projeto decidir, sem necessidade de consulta ao solicitante/cliente.
- Opção 5) Antecipar problemas potenciais e empregar um conjunto simples e operacional de ferramentas favorece a probabilidade de sucesso de um projeto.

#### Questão

Em um mercado sem regulação, o monopolista busca maximizar seus lucros. Sobre esse tipo de estrutura de mercado, marque o item correto:

Opção 1) A solução regulatória é aproximar os preços cobrados dos custos médios do monopólio.

Opção 2) Se o governo estabelecer um imposto sobre quantidade, em nenhum caso, o monopolista aumentará o preço em uma proporção maior do que o valor do imposto.

Opção 3) A alocação de recursos ofertada pelos mercados monopolistas é economicamente eficiente.

Opção 4) No caso de monopólio, não há prejuízo do bem-estar social.

Opção 5) O órgão regulador deve aproximar a receita do custo marginal do monopolista, dessa forma, reduzirá o lucro.

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno - Área

FUNCEFET Página 6 de 20

Assinale a alternativa incorreta:

- Opção 1) Entende-se por deflator a razão entre o PIB Nominal e o PIB Real.
- Opção 2) Os Investimentos Diretos no Brasil serão registrados na Conta Financeira do Balanço de Pagamentos.
- Opção 3) Em uma economia fechada, o Produto Interno Bruto (PIB) é igual ao Produto Nacional Bruto (PNB).
- Opção 4) O Déficit Público é igual ao Investimento Público menos a Poupança do Governo.
- **Opção 5)** Se o saldo de Transações Correntes for nulo e não houver Erros e Omissões, isso implica necessariamente que o saldo do Balanço de Pagamentos também será nulo.

# Questão

Considerando os conceitos de regulação, desregulação e re-regulação, marque a alternativa **incorreta**:

- Opção 1) A regulação pode ser necessária em mercados com externalidades negativas, assim como, em monopólios naturais e em mercados defeituosos.
- Opção 2) A desregulação aparece com a ideia de reduzir o papel do governo e dar maior importância ao setor privado.
- . Opção 3) Em alguns casos, é necessário que o regulador estabeleça barreiras de entrada, para evitar a falência de empresas competitivas e a concentração do poder econômico.
- Opção 4) Pode-se entender como desregulação a tendência atual de substituição do papel do Estado, de regulador para prestador de serviços.
- Opção 5) A redução de economias de escala e a segmentação de atividades fazem parte do processo de redução da atuação econômica do Estado.

# Questão

Para atingir a máxima eficiência, é necessário que haja pressupostos, como a concorrência perfeita e a ausência de progresso técnico. No entanto, existem circunstâncias conhecidas como falhas de mercado, que dificultam atingir esse cenário.

Com referência aos temas falhas de mercado, assimetria de informações, externalidades e bens públicos, marque a alternativa correta:

- Opção 1) Na presença de qualquer tipo de externalidade, a solução é reduzir a produção da firma, isso aumentará o bem-estar.
- Opção 2) Na seleção adversa, tem-se um problema de informação oculta, pois um dos agentes não possui as mesmas informações do outro agente.
- Opção 3) Os bens públicos são aqueles rivais e não-excludentes.
- Opção 4) Não se pode considerar externalidade um efeito positivo de uma firma, pois o custo social é maior que o particular.
- Opção 5) O perigo moral ocorre quando uma das partes não tem informações sobre a outra parte, como, por exemplo, o mercado de carros usados.

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno - Área

FUNCEFET Página 7 de 20

Assinale a **única opção errada**. Os princípios que norteiam as atividades de controle interno constituem-se no conjunto de regras, diretrizes e sistemas que visam a atingir objetivos específicos, garantindo a estabilidade das normas, dos valores morais e dos bons costumes, protegendo as condutas legais e preservando a ética do agente público, com base nos seguintes parâmetros, dentre outros:

Opção 1) A aderência a diretrizes e normas legais.

Opção 2) A publicidade dos dados e das informações obtidas, como princípio constitucional.

Opção 3) As instruções formalizadas.

Opção 4) A guarda de sigilo.

Opção 5) A independência funcional.

# Questão

Assinale a única opção correta:

Opção 1) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato poderá denunciar qualquer crime praticado por autoridades sujeitas à fiscalização do TCEES. Para ser admissível a denúncia deverá, dentre outras: i) ser redigida com clareza; ii) conter informações sobre o fato, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção; iii) estar acompanhada de indício de prova.

Opção 2) No curso de fiscalização, se verificado procedimento de que possa resultar dano ao erário ou irregularidade grave, a equipe representará, desde logo, com vistas a obter elementos que os evidenciem e apurar as responsabilidades, ao dirigente da unidade técnica do Tribunal de Contas, o qual submeterá a matéria ao respectivo Relator, com manifestação técnica.

Opção 3) A autoridade administrativa competente, respeitado seu poder discricionário, poderá adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas especial no caso de omissão na prestação de contas ou quando constatada irregularidade na aplicação dos recursos transferidos.

Opção 4) O Tribunal, no exercício de suas competências, realizará, por iniciativa própria, inspeções e auditorias, ou outro procedimento de fiscalização, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e ambiental nos órgãos e entidades sob sua jurisdição, com vistas a verificar a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade de atos, contratos e fatos administrativos, bem como instruir o julgamento de contas.

Opção 5) Ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES compete, dentre outras: realizar, por iniciativa própria, do Governador do Estado, da Assembleia Legislativa, da Câmara Municipal ou das respectivas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e ambiental, nos Poderes do Estado, Municípios e demais órgãos integrantes da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público.

FUNCEFET Página 8 de 20

A palavra controle apareceu por volta de 1600, com o significado de "cópia de uma relação de contas". Taylor, um dos principais mentores da Administração Científica, ensinava que existiam quatro princípios da administração, sendo um deles o princípio do controle, que consiste em "controlar o trabalho para se certificar de que o mesmo está sendo executado de acordo com as normas estabelecidas e segundo o plano previsto". Com relação à atual teoria relativa ao controle, é errado afirmar que:

Opção 1) O controle judicial é promovido por meio de mandado de segurança individual, mandado de segurança coletivo, ação popular, ação civil pública.

Opção 2) O controle administrativo é exercido por meio de recursos administrativos, autocontrole, controle hierárquico, controle de gestão, controle financeiro, inspeções, auditorias e correições, supervisão, ouvidoria.

Opção 3) O controle parlamentar é um controle político, que visa à garantia dos interesses superiores do Estado e da comunidade, e técnico, consistente na fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial – o controle externo *stricto sensu*.

Opção 4) O controle interno pode ser definido como o conjunto de atividades, planos, rotinas, métodos e procedimentos integrados com vistas a assegurar que os objetivos da administração sejam alcançados, de forma confiável e concreta, com eficiência, eficácia e efetividade.

**Opção 5)** O controle externo pode ser definido como o controle realizado por órgão estranho à administração responsável pelo ato controlado. É o caso do controle exercido por um dos poderes sobre outro. Portanto, não é controle externo o controle da administração direta sobre a indireta.

# Questão

Assinale a **única opção errada**:

- Opção 1) Interrompem a prescrição: I a citação válida do responsável; II a interposição de recurso.
- Opção 2) Suspende a prescrição a determinação de diligência no processo, até o seu total cumprimento.
- Opção 3) Prescreve em cinco anos a pretensão punitiva do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES nos feitos a seu cargo.

Opção 4) A prescrição da pretensão punitiva impede a atuação fiscalizadora do Tribunal de Contas para a verificação da ocorrência de prejuízo ao erário, mas não obsta a adoção de medidas corretivas.

Opção 5) Considera-se a data inicial para a contagem do prazo prescricional: I - da autuação do feito no Tribunal de Contas, nos casos de processos de prestação e tomada de contas, e nos casos em que houver obrigação formal de envio pelo jurisdicionado, prevista em lei ou ato normativo, incluindo os atos de pessoal sujeitos a registro; II - da ocorrência do fato, nos demais casos.

# Questão

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. Dentre as finalidades do sistema de controle interno, **não se inclui**:

Opção 1) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

Opção 2) Fiscalizar o cumprimento das normas da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Opção 3) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e dos Municípios.

Opção 4) Avaliar o cumprimento das metas previstas na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado e dos Municípios.

**Opção 5)** Dar ciência ao TCEES, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, se entenderem oportuno, os responsáveis pelo controle interno.

FUNCEFET Página 9 de 20

#### Assinale a única opção errada:

Opção 1) O servidor lotado na Unidade de Controle Interno deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

Opção 2) O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do Controle Interno no desempenho de suas funções institucionais, será imediatamente afastado da função até a conclusão dos trabalhos da equipe do Controle Interno.

Opção 3) Quando a documentação ou informação envolver assuntos de caráter sigiloso, a unidade de controle interno deverá dispensar tratamento especial de acordo com o estabelecido pela legislação específica.

Opção 4) A autoridade competente emitirá, sobre as contas e o parecer do controle interno, expresso e indelegável pronunciamento, no qual atestará haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas.

Opção 5) Constitui-se em garantias do ocupante da função de titular da unidade central de controle interno e dos servidores que integrarem a unidade: I - independência profissional para o desempenho das atividades na administração direta e indireta; II - o acesso a quaisquer documentos, informações e banco de dados indispensáveis e necessários ao exercício das funções de controle interno.

# Questão

Durante os trabalhos de fiscalização a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES, o servidor deverá, **exceto**:

Opção 1) Alertar o fiscalizado, quando necessário, acerca das sanções aplicáveis em virtude de sonegação de processo, documento ou informação e obstrução ao livre exercício das atividades de controle externo.

Opção 2) Atuar fora de suas competências ou atribuições.

Opção 3) Manter a necessária cautela no manuseio de papéis de trabalho, documentos extraídos de sistemas informatizados, exibição, gravação e transmissão de dados em meios eletrônicos, evitando que pessoas não autorizadas pelo TCEES venham a tomar ciência do respectivo conteúdo.

Opção 4) Evitar que interesses pessoais e interpretações tendenciosas interfiram na apresentação e tratamento dos fatos levantados, bem como abster-se de emitir opinião preconcebida ou induzida por convicções político-partidária, religiosa ou ideológica.

Opção 5) Manter atitude de independência em relação ao fiscalizado, evitando postura de superioridade, inferioridade ou preconceito relativo a indivíduos, órgãos e entidades, projetos e programas.

# Questão

Relativamente ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES, assinale a **única opção correta**:

Opção 1) Compete ao Relator e, na sua ausência, ao Plenário o juízo de admissibilidade como condição para o processamento do recurso.

Opção 2) Cabem os seguintes recursos nos processos em tramitação no TCEES: I - recurso de revisão; II - pedido de reexame; III - embargos de declaração; IV – agravo. Ademais, a interposição de recurso, ainda que venha a não ser conhecido, gera preclusão consumativa.

Opção 3) Nos recursos interpostos pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é assegurado o contraditório, mediante a concessão de oportunidade para oferecimento de contrarrazões recursais, quando se tratar de recurso tendente a agravar a situação do responsável ou do interessado.

Opção 4) Havendo mais de uma parte interessada, o recurso interposto por uma delas a todas aproveita, mesmo que distintos ou opostos os seus interesses.

Opção 5) Tendo em conta os princípios da ampla defesa e do contraditório, o interessado pode interpor recurso da decisão que determinar a realização de citação ou diligência.

FUNCEFET Página 10 de 20

Assinale a **única opção errada**, a partir da seguinte disposição: "Ao servidor do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES, no exercício da fiscalização determinada pelo Tribunal, são asseguradas as seguintes prerrogativas":

Opção 1) Manter, no desempenho de suas atribuições, atitude de independência, serenidade e imparcialidade. Opção 2) Requerer, nos termos do Regimento Interno, aos responsáveis pelos órgãos e entidades nas quais forem realizadas auditorias e diligências, as informações e documentos necessários para instrução de processos e relatórios de cujo exame esteja expressamente encarregado.

Opção 3) Requisitar auxílio e colaboração das autoridades públicas, inclusive força policial, se necessário, para garantir a efetividade do exercício de suas atribuições.

Opção 4) Acesso a todos os documentos e informações necessários ao exercício de suas funções, inclusive aos sistemas eletrônicos de processamento e aos bancos de dados.

Opção 5) Livre ingresso em órgãos e entidades sujeitos à jurisdição do Tribunal.

# Questão

Assinale a **única opção errada**: A Lei 4.320/1964 criou as expressões "Controle Interno" e "Controle Externo", definindo as competências para o exercício daquelas atividades. O Decreto-Lei 200/1967, em seu art. 6, V, alçou a atividade de controle à condição de princípio fundamental da Administração Pública e estabeleceu, em seu art. 13, que o controle das atividades da Administração Federal deverá exercer-se em todos os níveis e em todos os órgãos. A Constituição Federal de 1967 atribuiu a atividade de fiscalização da gestão dos recursos públicos aos Sistemas de Controle Interno e a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que esses Sistemas deverão ser mantidos, de forma integrada, pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e que as normas relativas à fiscalização contábil, financeira e orçamentária aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Sistema de Controle Interno tem a finalidade de:

Opção 1) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Opção 2) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres da União.

Opção 3) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

Opção 4) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

Opção 5) Verificar a legalidade, a legitimidade, a economicidade e os resultados dos atos praticados pelos gestores públicos, inclusive quando se evidenciarem como puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco.

### Questão

A classificação das receitas por fontes de recursos decorre da necessidade de melhor acompanhamento e controle do grande número de vinculações existentes entre receitas e despesas. A classificação por fontes de recursos é dividida em cinco grupos, **não** faz parte desses grupos a alternativa:

Opção 1) Recursos de outras fontes - Exercício Corrente e Anteriores.

Opção 2) Recursos Vinculados.

Opção 3) Recursos Condicionados.

Opção 4) Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores.

Opção 5) Recursos do Tesouro - Exercício Corrente.

FUNCEFET Página 11 de 20

Com base nos conceitos e entendimentos sobre os princípios orçamentários. A alternativa que melhor expressa a correta definição nos itens abaixo, respectivamente, é: I - Nenhuma parcela da receita geral poderá ser reservada ou comprometida para atender certos e determinados gastos. II - As receitas e as despesas devem aparecer no orçamento de maneira discriminada. III - A lei orçamentária deverá conter apenas matéria financeira, excluindo-se dela qualquer dispositivo estranho à estimativa da receita e à fixação da despesa. IV - Um eventual déficit deve aparecer embutido nas chamadas operações de crédito por causa desse princípio orçamentário.

Opção 1) Não afetação das despesas, especialização, exatidão e equilíbrio.

Opção 2) Não afetação das despesas, programação, orçamento bruto e anualidade.

Opção 3) Não afetação da receita, especialização, exclusividade e equilíbrio.

Opção 4) Periodicidade, publicidade, anualidade e universalidade.

Opção 5) Universalidade ou totalidade, orçamento bruto, clareza e unidade.

# Questão

Segundo a doutrina, não constitui uma das explicações para o crescimento das funções do Estado:

Opção 1) Mudanças tecnológicas e populacionais.

Opção 2) O crescimento da renda per capita e o aumento da demanda por bens e serviços públicos.

Opção 3) Disponibilidade de alternativas para a tributação.

Opção 4) Mudanças climáticas.

Opção 5) Os custos relativos dos serviços públicos.

### Questão

São críticas ao modelo de planejamento e de integração entre planejamento e orçamento, exceto:

Opção 1) A incerteza econômica incompatível com o modelo econômico baseado em planos de longo e médio prazos.

Opção 2) A instabilidade política quase sempre presente nos países de baixa renda.

Opção 3) Pouca flexibilidade quando da elaboração de cada novo orçamento, por causa do caráter, essencialmente, incremental.

Opção 4) Deficiências técnicas, falta de dados e inexistência de sistemas administrativos adequados.

**Opção 5)** Baixa cultura de planejamento.

# Questão

Com relação à evolução técnica do orçamento público no Brasil, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa com a sequência correta: I - A Lei 4.320 de 1964 adotou a categorização econômica, a classificação funcional da despesa bem como a classificação programática. II - O Decreto-Lei 200 de 1967 define o "planejamento" como um dos princípios fundamentais de orientação à administração federal, cujo orçamento-programa foi entendido como um de seus instrumentos básicos. III - A Lei 4.320 determinou que as receitas e despesas de capital fossem projetadas trienalmente (dois exercícios mais o do próprio orçamento). IV - A constituição de 1988 reforçou a associação entre planejamento e orçamento ao tornar obrigatória a elaboração de planos plurianuais que abrangessem as despesas de capital e demais programas de duração continuada.

Opção 1) F, F, V, V

Opção 2) V, F, F, V

Opção 3) F, V, F, V

Opção 4) V, F, V, F

**Opção 5)** F, V, V, V

**FUNCEFET** 

Ao efetuar as suas auditorias governamentais, os tribunais de contas têm os seguintes objetivos específicos, exceto:

- Opção 1) Verificar o cumprimento da legislação pelos órgãos e entidades da Administração Pública.
- Opção 2) Recomendar, em decorrência de procedimentos de auditoria, quando necessário, ações de caráter gerencial visando à promoção da melhoria nas operações.
- Opção 3) Verificar se as demonstrações contábeis, demais relatórios financeiros e outros informes, representam uma visão fiel e justa das questões orçamentárias, financeiras, econômicas e patrimoniais.
- **Opção 4)** Avaliar os resultados dos programas de governo ou, ainda, de atividades, projetos e ações específicas, sob os aspectos de necessidade, oportunidade e conveniência de suas realizações.
- Opção 5) Avaliar o desempenho da gestão dos recursos públicos sob os aspectos de economicidade, eficiência e eficácia.

# Questão

O profissional de auditoria governamental deve possuir as competências necessárias ao desempenho das suas atividades, o que implica o domínio do conhecimento técnico específico de sua formação e especialização, das normas de auditoria, bem como das habilidades e atitudes necessárias à realização de suas tarefas. Assinale a única opção errada:

**Ορção 1)** O profissional de auditoria governamental tem a responsabilidade de observar as normas de conduta estabelecidas no Código de Ética Profissional do ente auditado.

Opção 2) O profissional de auditoria governamental deve atuar com o máximo de zelo no exercício de sua atividade. Zelo é a precaução e o nível de cuidado que uma pessoa prudente emprega na execução de seu trabalho e o seu comprometimento com as qualificações e as obrigações necessárias para a execução desse trabalho.

Opção 3) A responsabilidade do profissional de auditoria governamental está relacionada com a constatação da legitimidade, impessoalidade, moralidade e publicidade dos atos praticados pelos administradores de recursos públicos, observando-se o ordenamento jurídico vigente, bem como com a avaliação da economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, equidade e proteção ambiental na aplicação desses recursos, por ocasião da sua gestão orçamentária, financeira, econômica, patrimonial e operacional.

Opção 4) Entende-se por competência o conjunto das experiências, dos conhecimentos técnicos, das habilidades e das atitudes necessários para que o profissional de auditoria governamental possa cumprir com suas responsabilidades com eficiência e eficácia.

Opção 5) Dentre as competências é desejável que o profissional de auditoria governamental: i) Conheça e aplique as normas, procedimentos e técnicas de auditoria governamental; ii) Avalie o âmbito, a extensão e os recursos necessários para a execução da tarefa em face dos objetivos propostos; iii) Avalie os riscos identificados na pré-análise das transações e das operações a serem auditadas, e do impacto potencial desses riscos para o próprio trabalho de auditoria governamental; iv) Reconheça e avalie a relevância e o significação dos eventuais desvios em relação às boas práticas da Administração Pública, efetuando as pesquisas necessárias para chegar a soluções viáveis.

FUNCEFET Página 13 de 20

Em termos gerais, Auditoria é o exame independente, objetivo e sistemático de dada matéria, baseado em normas técnicas e profissionais, no qual se confronta uma condição com determinado critério com o fim de emitir uma opinião ou comentários. Especificamente, Auditoria Operacional consiste no exame de funções, subfunções, programas, ações (projetos, atividades, operações especiais), áreas, processos, ciclos operacionais, serviços e sistemas governamentais com o objetivo de se emitir comentários sobre o desempenho dos órgãos e das entidades da Administração Pública e o resultado das políticas, programas e projetos públicos, pautado em critérios de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, equidade, ética e proteção ao meio ambiente, além dos aspectos de legalidade. Assinale a **única opção errada**:

Opção 1) Economicidade: refere-se à alternativa mais racional (binômio preço x qualidade) para a solução de um determinado problema. Quando relacionado às aquisições, refere-se à oportunidade de redução de custos na compra de bens ou serviços, mantendo-se um nível adequado de qualidade.

Opção 2) Procedimentos de auditoria: ações, atos e técnicas sistematicamente ordenados, em sequência racional e lógica, a serem executados durante os trabalhos, indicando ao profissional de auditoria governamental o que e como fazer para realizar seus exames, pesquisas e avaliações, e como obter as evidências comprobatórias necessárias para a consecução dos objetivos dos trabalhos e para suportar a sua opinião.

Opção 3) Materialidade: critério de avaliação de elementos qualitativos, representativos em determinado contexto, pertinentes ao objeto da auditoria governamental ou que se tenha deles provável influência nos resultados das auditorias.

Opção 4) Efetividade: refere-se ao resultado real obtido pelos destinatários das políticas, dos programas e dos projetos públicos. É o impacto proporcionado pela ação governamental.

Opção 5) Eficiência: racionalidade com que os recursos alocados a determinados programas governamentais são aplicados. Refere-se à extensão em que a unidade econômica maximiza seus benefícios com um mínimo de utilização de tempo e recursos. Preocupa-se com os meios, os métodos e os procedimentos planejados e organizados, a fim de assegurar a otimização da utilização dos recursos disponíveis.

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno - Área

FUNCEFET Página 14 de 20

A Auditoria de Gestão objetiva emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, convênios, acordos ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens do Executivo ou a ele confiados, compreendendo, entre outros, os seguintes aspectos: I. Exame das peças que instruem os processos de tomada ou prestação de contas; II. Exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos; III. Verificação da existência física de bens e outros valores; IV. Verificação da eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil; e V. Verificação do cumprimento da legislação pertinente.

#### Assinale a **única opção errada**:

Opção 1) Contas: conjunto de informações orçamentárias, financeiras, econômicas, patrimoniais, de custos, operacionais, sociais e de outra natureza, registradas de forma sistematizada, ética, responsável e transparente com o objetivo de evidenciar os atos e fatos da gestão pública em determinado período, possibilitando o controle, a aferição de resultados e responsabilidades e o atendimento dos princípios e das normas.

Opção 2) Erro: ato não voluntário, não intencional, resultante de omissão, desconhecimento, imperícia, imprudência, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de documentos, registros ou demonstrações. Existe apenas culpa, pois não há intenção de causar dano.

Opção 3) Documentação de auditoria: documentos e anotações preparados em qualquer meio com informações e provas elaborados diretamente pelo profissional de auditoria governamental ou por sua solicitação e supervisão, ou por ele obtido, que registram as evidências dos trabalhos executados e fundamentam sua opinião e comentários.

**Opção 4)** Evidências de auditoria: são elementos de convicção dos trabalhos efetuados pelo profissional de auditoria governamental, mesmo que não documentados quando óbvios, e que devem ser adequados, relevantes e razoáveis para fundamentar a opinião e as conclusões.

Opção 5) Fraude: ato voluntário intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, informações, registros e demonstrações. Existe dolo, pois há intenção de causar algum tipo de dano.

# Questão

Como a gestão de bens e interesses da coletividade é encargo de administradores públicos, estes devem prestar contas de toda a sua gestão, com especial atenção e destaque quanto à utilização do dinheiro público, que tem de ser utilizado conforme e nos fins estabelecidos em lei. O uso indevido ou o desvio do dinheiro público constituem crime contra o erário e malversação dos recursos públicos. Assinale a **única opção errada**:

Opção 1) Nas prestações de contas somente não precisam ser incluídos os recursos extra-orçamentários recebidos pela unidade ou entidade, quando não geridos por ela.

Opção 2) O dever de prestar contas alcança não só a administração central, mas também os agentes das entidades a ela vinculadas e mesmo outras pessoas que recebam ou sejam responsáveis por recursos públicos. Opção 3) A prestação de contas de administradores pode ser feita internamente, por meio do escalonamento dos órgãos em níveis hierárquicos, e/ou externamente.

Opção 4) Uma das formas de controle externo das contas é a promovida pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos tribunais ou conselhos de contas, os quais, de forma especializada, auxiliam o Legislativo (Congresso Nacional, Assembléia Legislativa, Câmara Municipal) no exercício desse poder-dever.

Opção 5) O próprio Presidente da República tem o dever de, anualmente, prestar contas ao Congresso Nacional. Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno - Área

FUNCEFET Página 15 de 20

As técnicas de auditoria são os procedimentos a serem adotados no desenvolvimento dos trabalhos de auditoria. Assinale a **única opção errada**:

Opção 1) Exames dos Lançamentos Contábeis é o procedimento usado pela auditoria para constatação da veracidade das informações contábeis, fiscais, além de possibilitar levantamentos específicos nas análises, composição de saldos, conciliações.

Opção 2) Dentre as técnicas de auditoria encontram-se: i) exames físicos; ii) circularização; iii) exame de documentação original; iv) conferência de somas e cálculos; v) exames de lançamentos contábeis; vi) entrevistas; vii) exames de livros e registros auxiliares; viii) correlação entre as informações obtidas; ix) observação das atividades; x) revisão analítica.

**Ορção 3)** Circularização é a técnica que consiste em circular (de preferência em vermelho) todos os dados relevantes e informações ainda pendentes de confirmação, com vistas a que o auditor mantenha o pleno controle da evolução e das pendências dos trabalhos.

Opção 4) Correlação entre as Informações Obtidas: Durante a execução do trabalho, o auditor executará serviços cujas informações estarão relacionadas com outras áreas de controle do auditado. À medida que for sendo observado este inter-relacionamento, o auditor estará efetuando o procedimento da correlação.

Opção 5) Entrevista consiste na formulação de perguntas e obtenção de respostas adequadas e satisfatórias. Este procedimento deve ser bem aplicado, evitando-se questionamentos desnecessários, não objeto da auditoria. As respostas podem ser obtidas através de declarações formais ou informais. Toda informação obtida deve, dentro do possível, ser examinada, constatando-se sua efetiva comprovação e veracidade.

## Questão

O objetivo do auditor é definir e executar procedimentos de auditoria que lhe permitam conseguir evidências de auditoria apropriadas e suficientes. A maior parte do seu trabalho consiste na obtenção e avaliação dessas evidências. A evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamenta a sua opinião. A Adequação da evidência de auditoria é a medida da sua qualidade, isto é, a sua relevância e confiabilidade para suportar as conclusões em que se fundamenta a opinião do auditor. Suficiência da evidência de auditoria é a medida da sua quantidade. A quantidade necessária de evidências de auditoria é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante e também pela qualidade da evidência de auditoria. Assinale a **única opção errada**:

Opção 1) Ao usar informações apresentadas pela entidade, o auditor deve avaliar se as informações são suficientemente confiáveis para os seus propósitos, incluindo, como necessário nas circunstâncias: i) obter evidência de auditoria sobre a exatidão e integridade das informações; e ii) avaliar se as informações são suficientemente precisas e detalhadas para os fins da auditoria.

Opção 2) Se a evidência de auditoria obtida em uma fonte é inconsistente com a obtida em outra; ou se o auditor tem dúvidas quanto à confiabilidade das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria, ele deve determinar quais modificações ou acréscimos aos procedimentos de auditoria são necessários para solucionar o assunto e deve considerar o efeito desse assunto, se houver, sobre outros aspectos da auditoria; Opção 3) Ao definir os testes de controles e os testes de detalhes, o auditor deve determinar meios para selecionar itens a serem testados que sejam eficazes para o cumprimento dos procedimentos de auditoria;

Opção 4) Geralmente obtém-se mais segurança com evidência de auditoria consistente obtida a partir de fontes diferentes ou de natureza diferente. Por exemplo, informações corroborativas obtidas de uma fonte independente da entidade podem aumentar a segurança que o auditor obtém da evidência de auditoria gerada internamente, tais como a evidência existente em registros contábeis, minutas de reuniões ou representação da administração;

Opção 5) Os procedimentos de auditoria para obter evidências podem incluir a indagação, que consiste na busca de informações junto a pessoas com conhecimento, financeiro e não financeiro, dentro ou fora da entidade. As indagações podem ser escritas ou orais. A avaliação das respostas às indagações é parte integral do processo de indagação. Mesmo que as respostas às indagações forneçam uma base para que o auditor modifique ou realize procedimentos de auditoria adicionais, ele não pode modificar os procedimentos previamente estabelecidos;

FUNCEFET Página 16 de 20

A auditoria surgiu devido à necessidade de confirmação de registros contábeis, em função do aparecimento das grandes empresas e da taxação do imposto de renda, esta baseada nos resultados apurados em balanços. Sua evolução ocorreu paralelamente ao desenvolvimento econômico e ao surgimento de grandes empresas formadas por capitais de muitas pessoas, que têm na confirmação dos registros contábeis uma garantia de proteção ao seu patrimônio, o que lhes possibilitou a obtenção de maiores volumes de financiamentos e recursos de investidores, para a expansão dos negócios em virtude da abertura dos mercados e do acirramento das concorrências. Por isso é que, até os dias atuais, a auditoria contábil ainda é a vertente mais conhecida da atividade auditoria, muito embora, no setor público brasileiro, não seja esse o ramo prevalecente. Assinale a única opção errada:

Opção 1) Um dos principais objetivos da auditoria, como técnica contábil, é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis, por parte dos usuários, mediante a expressão de opinião, pelo auditor, sobre a adequação das demonstrações contábeis publicadas, no que diz respeito aos seus aspectos relevantes.

Opção 2) A auditoria é uma técnica adotada para confirmar a exatidão dos registros e das demonstrações contábeis, por meio do exame de documentos, livros e registros contábeis. Ela pode ser interna ou externa. A externa é promovida pelos tribunais e conselhos de contas e a interna é promovida pelos auditores internos ou pelos auditores independentes.

Opção 3) Se de um lado a auditoria auxilia o administrador, confirmando os registros contábeis e completando os fins informativos da Contabilidade, por outro fiscaliza a própria administração, cujos erros, omissões ou fraudes podem ser por ela apontados.

Opção 4) A auditoria governamental é o exame efetuado em entidades da administração direta e indireta, em funções, subfunções, programas, ações (projetos, atividades e operações especiais), áreas, processos, ciclos operacionais, serviços, sistemas e sobre a guarda e a aplicação de recursos públicos por outros responsáveis, em relação aos aspectos contábeis, orçamentários, financeiros, econômicos, patrimoniais e operacionais, assim como acerca da confiabilidade do sistema de controle interno (SCI).

Opção 5) A auditoria tem como objeto o conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrado, os quais compreendem registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a veracidade dos registros e a legitimidade dos atos da administração.

# Questão

Assinale a única opção errada:

Opção 1) O ordenador de despesa e o dirigente de entidade, por ação direta, conivência, negligência ou omissão, são responsáveis solidários por prejuízos causados ao erário ou a terceiros, por agente subordinado, em área de sua competência, nos limites da responsabilidade a ser fixada pelo Tribunal de Contas.

Opção 2) Verificada irregularidade nas contas, cabe ao Tribunal ou ao Relator, dentre outras: I - definir a responsabilidade individual ou solidária pelo ato de gestão impugnado; II - definir a responsabilidade solidária do agente público que praticou ou atestou ato irregular, e do terceiro que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo, haja concorrido para o cometimento do dano apurado.

Opção 3) A tomada de contas especial visa à apuração dos fatos, à identificação dos responsáveis e à quantificação do dano e será, desde logo, encaminhada ao Tribunal de Contas para julgamento, independentemente do valor do dano, tendo em conta a importância da expectativa do controle e o caráter pedagógico da decisão que vier a ser adotada pelo Tribunal.

Opção 4) As contas serão julgadas: I - regulares; II - regulares com ressalva; ou III - irregulares.

Opção 5) As contas anuais do Prefeito serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno municipal, que conterão os elementos indicados em atos normativos do Tribunal de Contas.

FUNCEFET Página 17 de 20

Planejamento de Auditoria é a etapa na qual é definida a estratégia e a programação dos trabalhos de auditoria, estabelecendo a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames, determinando os prazos, as equipes de profissionais e outros recursos necessários para que os trabalhos sejam eficientes, eficazes e efetivos, e realizados com qualidade, no menor tempo e com o menor custo possível. Assinale a única opção errada:

Opção 1) Relatório de Auditoria: documento técnico obrigatório de que se serve o profissional de auditoria governamental para relatar suas constatações, análises, opiniões, conclusões e recomendações sobre o objeto da auditoria, e que deve obedecer a normas específicas quanto à forma de apresentação e objetivos.

Opção 2) Relevância: critério de avaliação que busca revelar a importância qualitativa das ações em estudo, quanto à sua natureza, contexto de inserção, fidelidade, integridade e integralidade das informações, independentemente de sua materialidade.

Opção 3) O exercício da auditoria governamental está sujeito a princípios básicos que o profissional de auditoria governamental tem o dever de observar, cumprir e executar fielmente nas suas relações com o tribunal de contas, o Poder Legislativo, os órgãos e as autoridades governamentais jurisdicionadas, os colegas de profissão, o público em geral e consigo próprio.

Opção 4) A requisição de documentos e informações, durante a auditoria (desde a fase de planejamento até a de elaboração do relatório), deve fixar prazo para seu atendimento, independentemente da disponibilidade do fiscalizado, para que este não utilize de subterfúgios para prejudicar o bom andamento dos trabalhos. Essa requisição deve ser formalizada, datado e numerado sequencialmente.

Opção 5) Papéis de trabalho são documentos que serão preenchidos ou completados durante os trabalhos de campo, tais como, questionários, roteiros de entrevistas, checklists, mapas de processos, planilhas, relações de ocorrências encontradas e de providências adotadas.

#### Questão

Marque a opção que Não corresponde à classificação do Tipo de Cimento:

Opção 1) CP III – Cimento Portland de Alto-forno

Opção 2) CP V – Cimento Portland de Alta Resistência Inicial

Opção 3) CP I – Cimento Portland Comum

Opção 4) CP IV - Cimento Portland Pozolânico

Opção 5) CP II – Cimento Portland Resistente a Sulfatos

#### Questão

O Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, conhecido por sua abreviação PCMAT é regulamentado pela Norma Regulamentadora 18 (NR 18). O PCMAT é elaborado observando as fases da obra, e isso é muito importante, pois, cada etapa da obra gera tipos de riscos diferentes. É obrigatória a elaboração e implantação do PCMAT para obras com número de funcionários, segundo NR 18.3.1., igual ou superior a:

Opção 1) 50 funcionários

Opção 2) 15 funcionários

Opção 3) 10 funcionários

Opção 4) 100 funcionários

Opção 5) 20 funcionários

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno - Área

FUNCEFET Página 18 de 20

A NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Em relação aos sanitários, podemos dizemos dizer que:

Opção 1) A portas de acesso aos sanitários devem possuir 0,70m.

Opção 2) A altura das bacias sanitárias devem estar acima de 0,48m do piso acabado.

Opção 3) As torneiras de lavatórios não necessitam ser acionadas por alavanca, sensor eletrônico, desde que sejam de fácil acesso.

**Ορção 4)** quando o espelho for instalado em posição vertical, a altura da borda inferior deve ser de no máximo 0,90 m e a da borda superior de no mínimo 1,80 m do piso acabado.

Opção 5) O acionamento da descarga deve estar a uma altura de 1,15m, do seu eixo ao piso acabado, e ser preferencialmente do tipo alavanca ou com mecanismos automáticos.

# Questão

A NBR 6122/2010 (Projeto e Execução de Fundações), define como Nega, a penetração permanente de uma estaca, causada pela aplicação de um golpe do pilão. Em geral é medida por uma série de:

Opcão 1) 30 golpes

Opcão 2) 20 golpes

Opção 3) 15 golpes

Opção 4) 10 golpes

Opção 5) 25 golpes

### Questão

Quanto aos termos técnicos relativos à pavimentação de rodovias, ruas, aeroportos, pátios industriais e outros semelhantes, podemos afirmar que:

Opção 1) Sarjeta é o dispositivo de drenagem profunda construída ao longo da plataforma, com a finalidade de conduzir água superficial para um local apropriada.

Ορção 2) Greide é o perfil longitudinal de uma via que fornece as cotas dos diversos pontos de seu eixo.

Opção 3) Acostamento é a parte da via contigua à pista de rolamento, destinada a confinar, transversalmente, o pavimento, protegê-lo de erosão e ao trânsito de veículos;

Opção 4) Leito da via é a superfície obtida pela elevação da via ou obra de arte em conformidade com o greide e as seções longitudinais projetadas.

Opção 5) Pista de rolamento é a parte da via destinada à circulação apenas de veículos pesados.

# Questão

Uma viga, de 15 cm por 30 cm de seção transversal, com 5 m de comprimento, está submetida a uma carga permanente de 2,0 KN/m e acidental de 5 KN/m, e encontra-se biapoiada. Sabendo que a tensão  $\sigma=6Mmax/bh^2$  , podemos dizer que esta é igual a:

Opção 1) 50,2 MPa

Opção 2) 30,8 MPa

**Opção 3)** 9.7 MPa

Opção 4) 14.3 MPa

Opção 5) 22.6 MPa

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno - Área I

A NBR 6118:2003, intitulada Projeto de Estruturas de Concreto – Procedimento, estabelece classes de agressividade de acordo com o local onde a estrutura será construída, variando de uma agressividade fraca até uma agressividade muito forte. Acerca das classes de agressividade, marque a opção em que a Classe de Agressividade Ambiental **não** corresponda a classificação geral do tipo de ambiente para ser feito o projeto:

Opção 1) Classe de agressividade ambiental IV – Respingos de maré

Opção 2) Classe de agressividade ambiental V – Submersa

Opção 3) Classe de agressividade ambiental III – Marinha

Opção 4) Classe de agressividade ambiental I – Rural

Opção 5) Classe de agressividade ambiental II – Urbana

# Questão

Considere o consumo de água por habitante, para efeito de abastecimento residencial, igual a 200 litros por dia, e que em uma residência composta por 2 pessoas. A referida residência possui um telhado de  $120m^2$ , cujas calhas são ligadas a um grande reservatório. Supondo que o telhado seja perfeitamente impermeável, a precipitação pluviométrica média local seja de 100mm ao mês, que água seja tratada e que não ocorram perdas, verifique o número de dias que o reservatório suprirá o abastecimento da residência, levando em consideração, para efeito de cálculo, um mês igual a 30 dias.

Opção 1) 10 dias

**Opção 2)** 30 dias

Opção 3) 25 dias

Opção 4) 90 dias

Opção 5) 12 dias

## Questão

A duração do contrato administrativo, que tem como objeto a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, segundo o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993. Qual é o limite de meses estabelecido no referido artigo?

Opção 1) 24 meses

Opção 2) 60 meses

Opção 3) 36 meses

Opção 4) 12 meses

Opção 5) 48 meses

### Questão

Para a obtenção de um concreto de boa qualidade são necessários diversos cuidados, dentre eles podemos destacar a Cura do concreto, cuja finalidade é:

Opção 1) Evitar a evaporação de água que deverá hidratar o cimento

Opção 2) Diminuir a resistência superficial

Opção 3) Endurecimento acelerado do concreto

Opção 4) Aumentar a resistência superficial

Opção 5) Evitar manter o concreto saturado

Gabarito Mestre - Cargo de Auditor Interno - Área II –

FUNCEFET Página 20 de 20